Eleições 2026: a porta para o futuro segue aberta

Lúcio Costa

“Ide e pregai” pode servir, aqui, como imagem para um tempo que exige presença, diálogo e capacidade de levar ideias para onde a vida efetivamente acontece: nos bairros, nos locais de trabalho, nas universidades, nas entidades, nas ruas e nas redes.

O primeiro turno de 2026 produziu uma das disputas presidenciais mais apertadas da redemocratização. Flávio Bolsonaro chegou ao segundo turno com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula, numa diferença de apenas 1,87 ponto percentual, ou cerca de 2,2 milhões de votos.

A pequena distância entre os dois candidatos mantém a disputa aberta. Mas a leitura das urnas precisa ir além da eleição presidencial. O resultado revela uma mudança importante na correlação de forças do país: de um lado, a ampliação significativa da presença institucional do PL e do campo bolsonarista; de outro, a permanência de uma esquerda que continua reunindo dezenas de milhões de votos, representação parlamentar expressiva e um movimento social organizado.

O avanço do bolsonarismo

O crescimento do PL em 2026 não inaugura sua presença institucional. O partido já era uma força expressiva no Congresso e nos estados. O que as urnas mostram agora é a **ampliação muito significativa de uma força que já estava instalada**.

Na Câmara, o PL passou de 97 para **121 deputados federais**. No Senado, elegeu 19 das 54 vagas em disputa e deverá iniciar 2027 com **28 senadores**.

A novidade, portanto, está no aumento da **densidade institucional, da capilaridade territorial e da capacidade de influência política** desse campo. A disputa não envolve apenas quem ocupará a Presidência, mas também a relação entre o Executivo e um Congresso no qual o PL passará a exercer peso ainda maior.

A esquerda permanece uma grande força nacional

Reconhecer esse avanço não significa concluir que a esquerda tenha desaparecido ou se tornado marginal.

Lula recebeu quase **54 milhões de votos**. A Federação **PT-PCdoB-PV** continuará entre as maiores forças da Câmara, ao lado de outras organizações do campo popular e progressista, como PSOL e Rede.

Há, além disso, uma dimensão que não aparece integralmente na contagem das cadeiras parlamentares: **o movimento social permanece**.

Sindicatos, movimentos populares urbanos e rurais, organizações de mulheres, movimento negro, movimentos indígenas, entidades estudantis, organizações comunitárias, ambientais, culturais e de direitos humanos continuam presentes na sociedade brasileira.

A correlação parlamentar não mede toda a força política existente. Salário, jornada de trabalho, emprego, moradia, transporte, saúde, educação, segurança e custo de vida continuam produzindo organização, reivindicações e ação coletiva.

O quadro que sai das urnas não é, portanto, de desaparecimento da esquerda. O que se apresenta é uma **correlação de forças mais difícil**, marcada pela forte expansão institucional do PL, mas diante de um campo popular que conserva peso eleitoral, partidário e social expressivo e, com ele, capacidade de resistência, organização e disputa dos rumos da política nacional.

O que estaria em jogo numa vitória de Flávio

Uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro teria significado político maior do que a simples alternância de governo.

Ela colocaria a Presidência nas mãos do mesmo partido que chegará a 2027 com a maior bancada da Câmara e a maior bancada do Senado. Isso não significaria controle automático do Congresso, porque continuariam necessárias coalizões, mas ampliaria a capacidade política desse campo para impulsionar reformas econômicas, administrativas e institucionais.

Para setores progressistas, sindicais e movimentos sociais, esse cenário recoloca discussões sobre **direitos trabalhistas, proteção social, relações coletivas de trabalho, privatizações e papel do Estado**.

Também recoloca a questão democrática. A experiência recente do bolsonarismo foi marcada por conflitos institucionais e disputas em torno do sistema eleitoral e do Judiciário. Esses antecedentes não permitem prever automaticamente o comportamento de um eventual novo governo, mas ajudam a explicar por que parte da sociedade interpreta o segundo turno também como uma discussão sobre limites do poder, funcionamento das instituições e preservação democrática.

A dimensão internacional acrescenta outro elemento.

A proximidade política do bolsonarismo com Donald Trump é apresentada por seus apoiadores como possibilidade de alinhamento estratégico com os Estados Unidos. Sob uma perspectiva de esquerda, porém, coloca-se outra questão: **qual seria o grau de autonomia preservado pelo Brasil** em temas como relação com a China, BRICS, política industrial, comércio internacional, recursos naturais, Amazônia, tecnologia e plataformas digitais?

Nesse contexto, a preocupação pode ser formulada como **risco de integração subordinada à política externa dos Estados Unidos** e, particularmente, a uma estratégia de reafirmação da influência norte-americana na América Latina.

Nessa leitura, eventual afastamento dos BRICS e maior alinhamento automático a Washington poderiam reduzir a margem de autonomia internacional do Brasil.

Soberania, desenvolvimento nacional e capacidade de manter relações diversificadas com diferentes polos de poder passam, assim, a integrar o debate sobre o futuro do país.

Falar de futuro, de direitos e de quem deve ser protegido

A memória das conquistas dos governos anteriores continua relevante, mas talvez não seja suficiente diante de uma sociedade marcada por precarização do trabalho, insegurança econômica e rápidas transformações tecnológicas.

O segundo turno pode recolocar uma questão de fundo: **que projeto de país pretende proteger quem vive do trabalho, depende dos serviços públicos e enfrenta os efeitos concretos da desigualdade?**

É nesse ponto que determinadas pautas adquirem nitidez política.

A proposta de **redução ou superação da escala 6×1** coloca no centro a jornada de trabalho e o direito ao tempo. Lula já havia transformado o tema em uma pauta de sua campanha, associando-o à possibilidade de os trabalhadores disporem de mais tempo para a família e para a própria vida.

O **reajuste do Bolsa Família**, cujo piso passou de R$ 600 para R$ 691 em outubro, também expressa uma determinada escolha distributiva: destinar mais recursos às famílias de baixa renda.

A **proibição das bets**, editada pelo governo por medida provisória em setembro, constitui outro exemplo. A medida proibiu a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa e foi apresentada pelo governo como instrumento de proteção das famílias diante dos danos econômicos e sociais associados ao jogo. Sua continuidade, contudo, depende do processo legislativo e poderá ainda ser submetida ao controle judicial.

Também ganhou espaço a discussão sobre uma **reforma do Judiciário**. O debate aberto no campo governista inclui código de ética, transparência, controle de supersalários, medidas anticorrupção e revisão das relações entre magistrados e interesses econômicos. O próprio Lula passou a defender mudanças no processo de escolha de ministros do Supremo, incluindo mandato fixo e maior diversidade.

Esses temas são distintos, mas podem ser lidos como partes de uma mesma questão política: **quem o Estado deve proteger e que interesses devem orientar sua atuação**.

É aí que a agenda de direitos pode deixar de aparecer como conjunto disperso de promessas e adquirir uma linha mais clara: jornada mais humana, renda para quem mais precisa, proteção diante do endividamento e do jogo, instituições mais transparentes, serviços públicos, trabalho decente e soberania nacional.

Dar nitidez ao caráter popular e democrático da luta pela reeleição

Para o segundo turno, uma das leituras possíveis dentro do campo lulista é a de que a defesa da democracia ganharia maior força se aparecesse associada a escolhas concretas capazes de afetar a vida cotidiana.

Democracia, nesse sentido, não seria apenas a defesa das instituições, mas também a pergunta sobre **para quem elas funcionam**.

Uma agenda como a redução da escala 6×1 pode tornar mais concreto o debate sobre direitos trabalhistas. O Bolsa Família torna visível a discussão sobre renda e proteção social. A proibição das bets introduz o tema da proteção das famílias diante de um mercado que produz endividamento e dependência. A reforma do Judiciário recoloca transparência, responsabilidade institucional e combate a privilégios.

A defesa democrática poderia, assim, ser vinculada a uma ideia de democracia social: instituições funcionando, mas também direitos efetivos, proteção pública e capacidade de reduzir desigualdades.

Isso daria maior precisão ao contraste entre projetos políticos sem reduzir a campanha a uma sucessão de ataques pessoais.

Nitidez importa.

Os quase **54 milhões de votos recebidos por Lula** formam uma base eleitoral enorme, mas não podem ser tratados como automaticamente assegurados. Entre um turno e outro podem ocorrer abstenção, desmobilização e mudança de voto.

Ao mesmo tempo, mais de **33 milhões de eleitores não compareceram ao primeiro turno**, o que representa cerca de 21% do eleitorado. Isso não significa que

esses votos pertençam a qualquer candidatura, mas mostra a dimensão do universo de pessoas que poderão participar de forma diferente na segunda rodada.

Nesse contexto, ganha importância a capacidade de apresentar **razões políticas inteligíveis**.

Para quem vive do próprio trabalho, a jornada pode ser uma razão. Para quem depende de renda pública para atravessar situações de vulnerabilidade, a proteção social pode ser outra. Para famílias atingidas pelas apostas, a regulação ou proibição das bets pode ser relevante. Para quem se incomoda com privilégios e opacidade no sistema de Justiça, uma agenda de reforma institucional pode adquirir significado.

Sob uma perspectiva lulista, a ideia poderia ser sintetizada assim: **a defesa política de quem se apresenta como defensor de seus direitos precisa ser percebida em medidas concretas, e não apenas em símbolos ou referências históricas**.

Organizar de forma ampla

A nitidez programática, porém, não substitui organização.

Se o PL e o campo bolsonarista ampliaram sua presença institucional, uma das questões colocadas para a esquerda é como transformar sua extensa força eleitoral, partidária e social em organização mais articulada e capilar.

A esquerda não parte do zero. Há partidos, sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, experiências territoriais e milhões de pessoas identificadas com valores democráticos e progressistas.

O desafio está em conectar essas forças.

Organizar de forma ampla não significa apenas ampliar filiações partidárias. Envolve trabalhadores organizados ou não, sindicatos, juventudes, universidades, associações comunitárias, coletivos culturais, intelectuais, artistas, organizações populares e setores democráticos e progressistas da sociedade civil.

Essa aproximação pode ser construída em torno de convergências sobre **democracia, direitos sociais, soberania, trabalho, desenvolvimento, igualdade e proteção social**, preservando as diferenças partidárias e programáticas existentes.

As tarefas colocadas pelo segundo turno

O segundo turno não começa do zero, mas tampouco reproduz automaticamente o primeiro.

A diferença de pouco mais de 2,2 milhões de votos torna o comparecimento uma variável importante. Em um eleitorado da dimensão brasileira, alterações relativamente pequenas na participação podem representar milhões de votos.

Isso não permite atribuir previamente os abstencionistas a qualquer candidatura. Permite apenas reconhecer que o eleitorado presente no segundo turno pode não reproduzir exatamente a composição do primeiro.

A disputa pode ser analisada, nesse sentido, a partir de três movimentos: **preservar a votação já obtida, ampliar o comparecimento e ampliar politicamente a interlocução com quem fez outras escolhas no primeiro turno**.

A novidade que poderia ser acrescentada a esses movimentos é a necessidade de **dar conteúdo material à disputa**, mostrando com maior clareza quais direitos, políticas públicas e orientações institucionais estão em jogo.

Buscar apoios e fazê-los chegar às bases

A construção de apoios partidários e institucionais pode ter grande relevância.

Partidos, governadores, prefeitos, parlamentares, candidaturas eliminadas e outras lideranças podem abrir espaços de diálogo e produzir novas convergências.

Mas uma articulação institucional adquire outra dimensão quando alcança também as **bases partidárias, sindicais, comunitárias e populares**.

Enquanto dirigentes constroem entendimentos, diretórios locais, sindicatos, movimentos sociais, associações comunitárias e organizações territoriais podem dar conteúdo social a essas aproximações.

A força de uma aliança não se mede apenas pela quantidade de lideranças reunidas numa fotografia, mas também por sua capacidade de produzir relações políticas concretas na sociedade.

Comitês suprapartidários, populares e pela democracia

É nesse terreno que diferentes formas de organização podem adquirir significado.

Comitês suprapartidários podem aproximar partidos, lideranças e militâncias que preservem suas diferenças, mas encontrem convergências suficientes para uma atuação comum.

Comitês populares podem relacionar o debate nacional às questões concretas dos bairros, dos locais de trabalho, das universidades e das comunidades.

Comitês pela democracia podem reunir setores democráticos e progressistas da sociedade civil, entidades, movimentos, coletivos e cidadãos em torno de instituições democráticas, direitos sociais, soberania e desenvolvimento nacional.

Mais do que uma unidade apenas proclamada, esses espaços representam a possibilidade de uma **unidade praticada**, na qual organização partidária, movimento social e participação cidadã consigam se encontrar.

Ruas e redes

A expansão do campo bolsonarista também evidencia a importância da atuação simultânea no território e no ambiente digital.

Tratar ruas e redes como alternativas talvez obscureça o fato de que elas podem se alimentar mutuamente.

A presença nas ruas permite encontro, escuta, vínculo e organização. As redes ampliam a circulação de ideias, conectam experiências dispersas e prolongam relações construídas presencialmente.

Uma atividade de bairro pode gerar comunicação digital; um debate iniciado nas redes pode levar a um encontro presencial; um sindicato pode ampliar sua interlocução para além de seus filiados; um comitê pode tornar-se espaço de informação e articulação.

A questão, portanto, não é apenas comunicar mais, mas **transformar comunicação em organização e organização em presença social permanente**.

Unidade, direitos e futuro

As urnas de 2026 apresentam duas realidades simultâneas.

De um lado, o PL ampliou significativamente uma presença institucional que já era forte. De outro, Lula permanece com quase **54 milhões de votos**, partidos populares conservam representação política relevante e os movimentos sociais mantêm presença e capacidade organizativa na sociedade.

Não se configura uma situação de hegemonia completa de um campo nem de desaparecimento do outro. O que emerge é uma correlação mais difícil para a esquerda, mas na qual ela conserva capacidade de resistência, reorganização e disputa.

O segundo turno concentra essa disputa em poucas semanas. Mas talvez ele também coloque uma questão mais profunda: **a capacidade de transformar a defesa abstrata de um projeto em razões concretas que possam ser reconhecidas na vida das pessoas**.

Jornada de trabalho, renda, proteção social, bets, transparência do Judiciário, serviços públicos, soberania e desenvolvimento podem tornar mais visível o conteúdo de uma determinada concepção de democracia, despertar corações, acender paixões e dar razões para lutar.

A porta para o futuro segue aberta.

Bora Lula.